

Comentários de José Arthur Giannotti

Não sou dado ao ecletismo nem estou procurando fazer média mas, lendo o texto dos companheiros de Minas Gerais e a resposta da ANDES, sou levado a acreditar que ambos têm boa parte da razão.

Não há dúvida de que o movimento docente sempre pugnou pela melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa. A luta por melhores condições de trabalho inclui, obviamente, o aperfeiçoamento da vida acadêmica, e nenhum professor admitirá estar pleiteando o avacalhamento da Universidade. No entanto, uma coisa é o programa e o ideário, outra, o movimento social concreto. Sob este último aspecto, as AD's têm se caracterizado por ser um movimento sindical investindo a maior parte de seus esforços na reivindicação salarial. E não poderia deixar de ser assim, já que, nos últimos anos, a inflação aplastou nossos salários. A luta sindical sistemática e constante não conseguiu conter o aviltamento das condições de vida dos servidores universitários.

Precisamente porque pleiteia uma Universidade mais dinâmica e mais viva, o movimento docente teve que lutar, no próprio âmbito dela, contra os velhos oligarcas que centralizaram o poder, graças a uma aliança, implícita ou explícita, com a tecnoburocracia que dominou o País até agora. A batalha pela eleição dos dirigentes teve esse sentido, procurando abrir uma cunha no *status quo*. Mas o custo tem sido alto. Necessitando aliar-se com estudantes e

funcionários, o movimento docente corre o risco de perder sua especificidade, mergulhando numa luta pela democratização que põe em perigo as relações assimétricas necessárias ao jogo universitário. No final das contas, quanto melhor for a Universidade mais ela será o lugar da competência, mais os sábios sobrepujarão os sabidos, de sorte que nela existem áreas onde o *poder de decisão* não pode ficar à mercê das variações ideológicas nem das infiltrações político-partidárias. Toda a questão, a meu ver, reside neste ponto; como conciliar a convivência democrática entre professores, alunos e funcionários com a hierarquia do saber? Sob este aspecto, o documento dos professores mineiros é um brado de alerta contra essa situação esdrúxula em que o professor está abdicando de pleitear sua singularidade como investigador em nome duma concepção populista da Universidade.

É preciso ter muito presente que a Universidade não é a soma dos interesses de seus membros. Cumpre, na sociedade onde se insere, uma *série de tarefas*. Somente a partir dessas funções é que a Universidade deve ser julgada e estruturada. Não há dúvida de que não se sabe bem o que ela hoje vem a ser, pois a simples afirmação de que serve para ensinar e produzir novos conhecimentos não diz como isto deve ser feito, particularmente, como os segmentos vivos que a compõem necessitam articular-se para atingir a meta que a sociedade lhe impõe. Uma sociedade

tem como fim sua auto-reposição e realizar aquilo que ela mesma toma como bem. A Universidade não possui essa autonomia. Por isso, uma política universitária democrática ganha uma característica própria, pois seu discurso não visa apenas *influir* por meio do debate. As lideranças político-partidárias se comprovam por meio da capacidade de convencer o corpo eleitoral. O bom investigador não precisa estar convencendo outros professores, alunos e funcionários dos méritos de sua teoria; dialoga diretamente com os pares de sua especialidade. Nem mesmo cabe atribuir ao coletivo universitário a tarefa de definir as prioridades do ensino e da pesquisa, porquanto isto, numa sociedade democrática, é delineado pelos representantes do povo.

É bem verdade que o poder acadêmico não se confunde com o poder burocrático, mas querer isolar o primeiro de qualquer esfera de decisão, em nome dos interesses do coletivo

universitário, é simplesmente acabar com a Universidade. Duas décadas de ditadura a jogaram no fundo do poço. Se o movimento docente não souber aliar seus interesses sindicais com a especificidade de seu jogo acadêmico, a Universidade brasileira simplesmente será reduzida a um aparelho burocrático destinado a aparar os choques das pressões sociais. Enquanto isso o nervo do País vai procurar nos institutos de pesquisa as alternativas para tentar solucionar os problemas impostos pelo desenvolvimento brasileiro. Daí a enorme responsabilidade desse movimento docente precisando explicitar o que venham a ser as regras de convivência numa Universidade competente. Como este problema não foi solucionado, de forma conveniente, em nenhum lugar do mundo, é melhor começar desde já um diálogo onde as farpas fiquem postas de lado.

São Paulo, 24 de junho de 1985